



**Ata N.º 04/2025
(7º do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião do Conselho Regional da Ásia e Oceânia do CCP - CRAO

Datas: 23 de setembro de 2025 (terça-feira)

Local: Videoconferência (Zoom)

Presentes:

- ✓ Carlos Rui Pires Marcelo, Conselheiro efetivo do CCP (Círculo da China) e Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia do CCP;
- ✓ Marília Gomes Coelho Coutinho, Conselheira efetiva do CCP (Círculo da China);
- ✓ Filipe Martins da Silva, Conselheiro efetivo do CCP (Círculo de Timor-Leste)
- ✓ Rita Botelho dos Santos, Conselheira efetiva (mandato suspenso) do CCP (Círculo da China)

Ausentes:

- ✓ Sara Freitas Fernandes, Conselheira efetiva do CCP (Círculo da Austrália - Melbourne);

No dia 23 de setembro de 2025, pelas 18:00 horas, hora de Macau e Perth e 19:00 horas em Timor-Leste, realizou-se a quarta reunião do ano 2025 (7º do Mandato - 2023/2027) do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, por videoconferência.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, Rui Marcelo, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na quarta reunião do CRAO, do ano de 2025, tendo também sido aprovada por unanimidade a seguinte agenda de trabalhos:

2. Assuntos em Discussão

- 2.1 - *Aprovação da Ata N.º 03/2025, (6ª do Mandato - 2023/2027), por videoconferência;*
 - 2.2 - *Informação sobre a última reunião do CP-CCP, no dia 20 de setembro de 2025;*
 - 2.3 - *Deliberação s/ a Participação dos Conselheiros Suplentes das Secções Locais no CRAO;*
 - 2.4 - *Reuniões das Secções Locais;*
 - 2.5 - *Revisão das Atividades do CRAO;*
 - 2.6 - *Outros Assuntos.*
-

2.1 Aprovação da Ata N.º 03/2025, (6ª do Mandato - 2023/2027), por videoconferência

2.1.1. A Ata da Reunião Extraordinária de 11 de abril de 2025 foi apresentada a todos os membros do Conselho Regional da Ásia e Oceânia do CCP. Após a leitura, os membros foram convidados a emitir comentários e sugestões. Não tendo sido registadas quaisquer objeções ou propostas de retificação, a ata foi aprovada por unanimidade, pelos membros presentes na reunião. Após a assinatura do Presidente e da Secretária, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada ao Conselho Permanente do CCP, para efeitos de publicação.

2.2 Informação sobre a última reunião do CP-CCP, no dia 20 de setembro de 2025

O ponto seguinte foi dedicado a uma apresentação detalhada do Presidente do CRAO sobre os trabalhos recentes do Conselho Permanente (CP), com base nas reuniões realizadas a 26 de julho, 30 de agosto e 20 de setembro de 2025.

2.2.1. Resumo dos Temas Debatidos no CP:

- **Aprovação de Atas:** Foram homologadas as atas das reuniões presenciais do CP em Portugal, realizadas de 7 a 9 de julho de 2025.
- **Reuniões das Secções Locais para 2025:** Foi realizada uma ronda para aferir o estado de aprovação e deliberação dos programas das várias secções locais.

- **Proposta de Orçamento de Estado para o CCP em 2026:** O CP propôs um aumento do orçamento do Conselho das Comunidades Portuguesas para 500.000 euros, um incremento face aos 420.000 euros de 2025. Este aumento visa financiar a criação de um gabinete de apoio, a manutenção de redes sociais e a modernização do portal do CCP, cuja infraestrutura obsoleta dificulta a gestão eficaz da informação. Foi notado que a subexecução orçamental recorrente constitui um obstáculo à aprovação deste aumento.
- **Celebração dos 140 anos de Aristides de Sousa Mendes:** Foi aprovada uma proposta de moção alusiva à efeméride.
- **Programa da Reunião Plenária de Outubro de 2025:** A reunião plenária do CP está agendada para os dias 14 a 16 de outubro. O programa, ainda em elaboração, prevê encontros com grupos parlamentares, a Comissão das Comunidades Portuguesas da Assembleia da República e, com outros candidatos à Presidência da República que não tinham participado na ronda anterior: António Filipe (PCP), Catarina Martins (Bloco de Esquerda), André Ventura (Chega) e João Cotrim Figueiredo (IL). Está também previsto um debate, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, e com a participação do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, sobre a pertinência e o futuro do CCP. Encontros com o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros estão por confirmar devido a agendas sobrepostas.
- **Execução Orçamental pelas Secções Locais:** Foi discutida a manifestação de algumas secções locais sobre a necessidade de maior autonomia na gestão do seu orçamento, sem depender da aprovação prévia do Ministério. Esta questão foi enquadrada com a legislação em vigor que rege a gestão destes fundos.
- **Posição sobre Apoios na Sequência de Incêndios Florestais:** O CP aprovou por unanimidade uma manifestação pública dirigida ao governo, alertando para uma alegada discriminação contra os emigrantes portugueses nos apoios concedidos para perdas e danos em habitações afetadas por incêndios, uma vez que muitas dessas propriedades (primeira ou segunda casa) pertencem a cidadãos residentes no estrangeiro.
- **Alteração do Logotipo do CCP:** Foi aprovada a alteração do logotipo do CCP para uniformizar a imagem com a do Governo de Portugal, seguindo o design utilizado pela Comissão Nacional de Eleições nas eleições do CCP em 2023. Paralelamente, foi constituído um grupo de trabalho para acompanhar esta alteração e para proceder ao registo internacional da marca "Conselho das Comunidades Portuguesas", de modo a proteger a designação.

2.2.2. Questões e Esclarecimentos:

- Rita Santos solicitou que, após os encontros do CP do CCP, em outubro, fosse partilhada uma síntese verbal das propostas dos novos candidatos presidenciais, considerando que esta forma de comunicação transmite o sentimento de forma mais clara que a leitura de atas. Questionou ainda sobre a possibilidade de o CCP interceder junto do governo para incluir a atualização das pensões dos pensionistas no estrangeiro no próximo Orçamento de Estado. Rui confirmou que o tema será abordado, sendo uma luta constante dos conselheiros.
- Rita Santos pediu também esclarecimentos sobre uma carta enviada ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, da autoria do conselheiro Flávio Martins, contendo recomendações. Rui explicou que a carta, uma resolução de 2025, se referia à necessidade de melhorar o portal das comunidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), sugerindo a criação de áreas específicas para facilitar o acesso a informação sobre associativismo, comunicação social, credenciação de associações e apresentação de projetos, uma vez que esta é informação da responsabilidade direta do MNE.

2.3 Deliberação s/ a Participação dos Conselheiros Suplentes das Secções Locais nas reuniões por videoconferência do CRAO

Este ponto gerou um debate substantivo sobre a integração dos conselheiros suplentes nos trabalhos do CRAO.

- Rita Santos defendeu a participação plena e sem distinção dos suplentes, tal como praticado em Macau durante os seus oito anos de presidência anterior. Argumentou que esta prática fomenta um grupo coeso e preparado para substituições imediatas, sem necessidade de grandes explicações.
- Filipe Silva, conselheiro por Timor-Leste, manifestou concordância com a participação dos suplentes, partilhando a experiência positiva na sua comissão temática, onde os suplentes são convidados, acompanham os processos e têm um momento dedicado para opinião. No entanto, salientou que, por uma questão legal e hierárquica, as deliberações e votações finais, bem como a assinatura de atas, devem caber exclusivamente aos conselheiros efetivos.
- Rui Marcelo concordou com a abordagem proposta por Filipe Silva, realçando que é a mesma adotada no CP em relação aos Presidentes das Comissões Temáticas, que assistem às reuniões, como convidados e sem direito a voto, podendo comentar os assuntos em debate quando para tal forem solicitados. Marília Coutinho também concordou com esta abordagem.

Ficou acordado que os conselheiros suplentes são bem-vindos a todas as reuniões, podendo partilhar opiniões quando convidados a intervir, mas as votações e deliberações formais são da exclusiva responsabilidade dos conselheiros efetivos.

Foi ainda levantada por Rui Marcelo e Filipe Silva a questão específica da conselheira Sara Fernandes (Austrália), que atualmente não tem um suplente, uma vez que o que concorreu consigo na eleição regressou a Portugal. Esta situação levou a uma discussão mais ampla sobre a necessidade de prever, numa eventual revisão estatutária ou legal, mecanismos que protejam a representação em casos de vacatura temporária ou permanente de um conselheiro sem suplente disponível. Ficou acordado que Rui Marcelo proporia este tema para debate no CP, embora se tenha reconhecido que a sua resolução poderá implicar uma complexa alteração legal.

2.4 Reuniões das Secções Locais

A discussão centrou-se no planeamento e nas dificuldades na execução do orçamento atribuído a cada secção local para 2025.

2.4.1. Atividades e Execução Orçamental das Secções Locais:

- Filipe Silva (Timor-Leste) informou que, devido ao contexto específico do país (comunidade pequena e concentrada na capital), não prevê utilizar a verba de 1.500 dólares atribuída à sua Secção Local. As atividades que planeia, como um convívio para apresentação do novo Embaixador ou a reativação da Casa de Portugal, serão financiadas por verbas próprias ou patrocínios, considerando as limitações no tipo de despesas elegíveis (e.g., impossibilidade de incluir catering para eventos). Propôs, numa lógica de eficiência e para evitar a subexecução orçamental do CRAO, que a sua verba não utilizada fosse transferida para as secções de Macau ou Austrália, que têm um âmbito geográfico mais vasto e maiores necessidades logísticas.
- Rui Marcelo clarificou que, de acordo com as regras atuais do MNE, não é possível a transferência de verbas entre secções locais. Explicou que esta rigidez, aliada à limitação de apenas uma atividade, a ser autorizada por secção local, no último trimestre do ano, tem sido um tema recorrente e frustrante no CP, contribuindo para a subexecução orçamental que depois é usada como argumento contra o aumento do orçamento global do CCP, tendo também referido que o CP do CCP tem insistido na necessidade de maior autonomia e flexibilidade na gestão orçamental.
- Rita Santos partilhou a sua experiência anterior, em que tal transferência só podia ser autorizada de forma excepcional, e corroborou a análise de Rui Marcelo, sublinhando que estas limitações burocráticas constrangem o trabalho das secções locais.

2.5 Revisão das Atividades do CRAO

Rui Marcelo fez um balanço geral das atividades do CRAO, referindo que muitos dos temas previamente agendados (fluxo de informação, orçamento, estatuto de residência habitual) estão a ser tratados no âmbito do CP. Foi realçada a importância de os conselheiros partilharem informações sobre regimes de tributação nos seus países para alimentar o debate sobre o estatuto de residência. A todos foi recomendado que elaborassem uma lista de propostas de atividades relevantes a serem discutidas na próxima reunião, reforçando a importância de uma comunicação regular com os membros das seções locais.

2.6 Outros Assuntos.

- **Sistema de Monitorização das Atividades do CRAO:** Filipe Silva salientou a necessidade de elaboração de um lembrete para acompanhamento das atividades presentes e futuras do CRAO, tendo ficado estabelecido implementar um dashboard de acompanhamento de metas e compromissos.
- **Atividade das Comissões Temáticas:** Confirmada a manutenção da regularidade funcional das várias comissões especializadas. Rui Marcelo solicitou que os vários membros aproveitassem as reuniões do CRAO para fazerem uma actualização sobre as atividades das 3 CTs.
- **Proposta de Carta de Felicitações (Deputado Pereira Coutinho):** Rita Santos propôs que o CRAO enviasse uma carta de congratulações ao ex-conselheiro das comunidades portuguesas, José Pereira Coutinho, pela sua histórica vitória eleitoral para a Assembleia Legislativa de Macau, onde obteve o maior número de votos de sempre. A proposta foi apoiada por todos os membros presentes, sem objeções.
- **Carta sobre a Escola Portuguesa de Dili:** Filipe Silva informou que está a preparar uma carta, a ser enviada ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, para alertar sobre a paralisação do projeto de construção das novas instalações da Escola Portuguesa de Dili. Referiu que, apesar de existirem verbas consignadas, o terreno disponibilizado há mais de um ano permanece sem obras, o que está a danificar a imagem de Portugal. Filipe comprometeu-se a coordenar esta iniciativa com o novo Embaixador antes de a formalizar, assegurando que a mesma será partilhada com o CRAO para conhecimento. Foi consensual que esta questão, pela sua relevância para a comunidade e para a língua portuguesa, se enquadra no âmbito de atuação do CCP.



3. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do CRAO seria realizada no dia 19 de dezembro de 2025, pelas 18:00 horas, hora de Macau e Perth, e 19:00 horas, em Timor-Leste, por videoconferência.

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 20:00 (hora de Macau) do dia 23 de setembro de 2025, pelo presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, Rui Marcelo, que agradeceu a colaboração de todos os membros do CRAO.

Esta ata foi lavrada pela Conselheira Marília Coutinho e será assinada por todos os Conselheiros do CRAO na próxima reunião presencial.

Macau, aos 23 de setembro de 2025

A Mesa do Conselho Regional da Ásia e Oceânia

Carlos Rui Pires Marcelo (Círculo da China) – Presidente

Marília Gomes Coelho Coutinho (Círculo da China) - Secretária